



Encaminhamentos da Oficina Temática:  
*O Direito à Educação de Jovens e Adultos -  
Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade*

12 de Setembro de 2009

**PARTICIPANTES: 40 pessoas.**

**ENCAMINHAMENTOS**

**1. Sobre a metodologia de realização do censo:**

- **Articulação para realização do censo em alguns municípios (foram sugeridos 5)**
- Censo nas zonas rurais (experiência de mapeamento do SENAR);
  
- **Aproveitar o Censo 2010 do IBGE para coletar as informações educacionais por setores censitários**
- Nesse caso é necessário que o Fórum EJA discuta em que medida as informações do Censo Populacional do IBGE satisfazem a demanda pelo Censo Educacional, uma vez que este teria um papel mobilizador;
- Discutir as questões acima com o IBGE para pedir que informações educacionais de São Paulo sejam encaminhadas rapidamente;
- Acompanhar experiências de comissões de acompanhamento e sistematização do Censo IBGE (Embu, Barueri e Rio Claro);
- Levar censo à população encarcerada;
  
- **GT de Indicadores e Metodologia** para sistematizar propostas de censo e eleger indicadores de acompanhamento

**2. Cobrar o registro da demanda de jovens e adultos por educação em São Paulo**  
(A demanda oficial por EJA é “zero”, pois hoje os pedidos chegam às escolas, mas não são inseridos no sistema de matrícula e demanda)

- **Fazer requerimento às Secretarias de Educação e acompanhar;**
  
- **Cobrar plano de atendimento diferenciado da demanda**
- Preparação e publicidade em São Paulo;
- Acompanhar propostas de Embu, Barueri e Rio Claro;

**3. Sistematizar e acompanhar casos exemplares de defesa do direito do direito à educação de jovens e adultos**

- **Casos mencionados:**
- Ausência de continuidade dos egressos no Projeto *AlfaUSP* (Ma. Clara)
- Funcionários do Hospital das Clínicas (Ma. Clara)
- Inadequação da oferta para os catadores (Ma. Clara)
- Lista de demanda em Perus (Vera Barreto)
- Abertura de salas no Jardim dos Moraes – Embu das Artes (Vinicius)
- Educação nos presídios



#### **4. Incidir no Plano de Educação da Cidade de São Paulo**

- Propor Encontro temático de EJA;

#### **5. Acompanhar debates sobre o Orçamento Municipal**

- Acompanhar PPA 2010 – 2013 (articulação com o Movimento *Nossa São Paulo*);
- Cuidar para que a rubrica EJA seja assegurada com recursos efetivos (pois é comum que elas sejam criadas com recursos simbólicos nos orçamentos municipais, o que inviabiliza a ação dos próprios gestores da educação);

#### **6. Ampliar Articulações/Conversas**

- Legislativo
- INEP
- Sindicatos
- Universidades (pedidos de oficinas no interior do estado)
- Articular com Agenda Territorial (envolver os executivos nas Audiências Públicas da Agenda Territorial)

#### **7. Outros encaminhamentos**

- Uso de Tecnologia da Informação;
- Colocar os principais documentos do processo e da articulação no site do Fórum EJA (Tereza);
- Fazer documento de sistematização da proposta de censo, chamada e atendimento para articulação institucional;
- Ampliação do GT do Fórum EJA;
- Marcar reunião de trabalho do GT ampliado para detalhar as propostas e encaminhamentos.



Memória da Oficina Temática:  
*O Direito à Educação de Jovens e Adultos -  
Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade*

12 de Setembro de 2009

**Objetivos:**

Reforçar a construção de experiências e propostas de Censo Específico de Demanda de EJA, a serem assumidas pelos poderes públicos com a colaboração da sociedade civil, e desenvolver estratégias de exigibilidade social, política e judicial que fortaleçam o direito à educação de jovens e adultos como parte do direito à educação ao longo da vida.

**Relatório:**

A Oficina teve início com a apresentação da conferencista Maria Clara Di Pierro (Profª. da Faculdade de Educação da USP), abordando o tema: ***Panorama das políticas públicas de EJA no Brasil.*** Os seguintes pontos foram destacados:

- Tendência a uma redução de matrículas no ensino fundamental de EJA.
- Os programas deveriam estar agregados às necessidades da população para que fossem mais atrativos.
- Na EJA, a característica da oferta pública é que modela a demanda.
- No Brasil não se tem uma política de formação de professores para EJA.
- A difícil capacidade dessa população de pleitear seus direitos é o principal fator da falta de representação dos problemas.

Após a apresentação, foi imediatamente iniciado o painel: ***Censo específico da demanda e chamada pública em São Paulo: estratégias de exigibilidade em EJA,*** coordenado por Iraci Ferreira Leite (Espaço – Formação, Assessoria e Documentação).

A primeira apresentação foi de Salomão Ximenes – advogado e assessor da Ação Educativa, que tratou do tema Ação Judicial em São Paulo – histórico e possibilidades.

Foi apresentado o processo, traçando o histórico do surgimento dessa demanda a partir de uma oficina realizada em 2005, a representação ao Ministério Público, o acompanhamento do Inquérito Civil Público e a proposição da Ação Civil Pública no Judiciário, exigindo do Estado uma ação pró-ativa em relação à EJA, com a realização do Censo e da Chamada Pública, assim como a suspensão do fechamento de salas em São Paulo. As organizações do GT do Fórum EJA São Paulo ingressaram como Assistentes no processo. Salomão explicitou que os processos no judiciário e junto ao MP não são apenas iniciativas de justiciabilidade, e sim de exigibilidade – conjunto de ações mais amplas que envolvem tanto o executivo, o legislativo e o judiciário, sendo a justiciabilidade uma faceta da estratégia. Durante a exposição, foi traçado todo o



desenvolvimento da ação até sua situação atual, sendo que o último ato realizado consistiu no pedido de julgamento antecipado.

Salomão deixa algumas indagações para o debate:

- Deve ser detalhado, até o nível de propostas, com deve se dar a realização do Censo, para que seja atingido o objetivo maior da estratégia – alcançar a demanda real e ampliar o atendimento.
- É necessário desenvolver outras estratégias de exigibilidade, através de demandas concretas que possam ser mobilizadas. Por exemplo, a demanda de um grupo de jovens e adultos que não estejam sendo atendidos por ausência ou inadequação de oferta.

A segunda apresentação foi de Maria Alice de Paula Santos (Prof<sup>ª</sup>. da Faculdade Guarulhos). Desenvolveu o tema: *Análise das informações oficiais do Estado e Município coletadas na Ação.*

Segundo ela, as falas de Estado e Município procuram afastar o dever de realizar o Censo e adequar a oferta de EJA. Alegam já cumprir a lei com o atendimento da demanda que os procura. Caracteriza-se em suplência, visão atribuída as escolas tradicionais, o que não se aplica a EJA devido a infinidade de especificidades desse público. Os sujeitos de EJA sempre são demandados por outros, pois eles não têm o discernimento de lutar por seus direitos, dessa forma, faz-se necessário a realização do Censo, cadastrando a necessidade e embasando a formulação de pedidos judiciais e de políticas públicas.

Maria Alice deixou também perguntas para que os participantes debatessem em um segundo momento.

- O que seria esse Censo?
- Qual a metodologia que será utilizada para que o Censo constitua um processo amplo de mobilização pela educação?
- Pensar na realização do Censo, a estrutura escolar e as especificidades do público de EJA.

A terceira apresentação foi de Vera Barreto (Veredas – Centro de Estudos em Educação) com o tema: *O real e o retórico nas informações prestadas pelo Estado e o Município.*

Para ela, o Censo deverá refletir a real demanda de EJA, sendo a escola a resposta dessa demanda. O real e o retórico:

- A escola é muito grande, são muitos os alunos, os professores não conseguem dar aula individualmente.
- Foco do trabalho em EJA, papel da escola é mostrar que a escola poderá mudar.
- A análise das expectativas – que objetivos os alunos de EJA tem em relação ao curso e a vida, esses indicadores deve estar inteiramente ligados à formação dos educadores de EJA.
- A evasão da-se devido à qualidade da escolar e da relação que essa escola estabelece com os alunos.
- A EJA ainda é vista, dentro das escolas, como uma educação não tão necessária, e essa visão deve ser compreendida nessa política de EJA.



- O Censo da uma boa oportunidade de uma tomada de base para as políticas públicas.
- Deverá ser abordado o que os alunos desejam com essa educação para que ela seja eficaz.
- O Ministério da Educação está criando um novo currículo de EJA juntamente com a economia solidária. Tem como pólos de discussão Santo André, São Bernardo, Zona Sul de SP e Suzano.

### **Debate Público:**

1. Vinícius Xavier Zammataro – Relatou o processo para a implantação do ensino médio em Embu das Artes que surgiu a partir da demanda dos próprios alunos, que ao concluírem a 8ª série começaram a questionar como seria o seguimento de seus estudos. Neste momento surgiu a demanda e foi encaminhado o pedido formal e as mobilizações, que resultaram na abertura de uma escola estadual.

2. Maria Tereza Secco – Fez indagações para discussão:

- Ampliar a base de apoio;
- Pensar em mais estratégias;
- Envolver o sindicato dos professores nessa discussão.

3. Adriana Silva – Fez indagações para discussão:

- Como sair do campo das idéias (concretizar as idéias);
- Como os gestores públicos podem efetivamente tornar o Censo possível;
- Como é o outro jeito de educar EJA junto à máquina pública;
- Como sustentar uma política pública que é moral, mas não tem fundamento legal em relação aos recursos existentes;
- Como trabalhar com os dados.

4. Ionilton G. Aragão

- Pensar em 5 municípios e fazer uma experiência piloto de censo;
- Pensar na metodologia de pesquisa;
- Estratégias para viabilizar essa pesquisa do Censo com faculdades e INEP.

5. Cibele Lima: relatou sua experiência como aluna de EJA em Embu das Artes, com os desafio, conquistas e oportunidades.

6. Salomão Ximenes:

- Quem são os sujeitos de direito de EJA;
- Existe uma lei que manda cadastrar e publicar a demanda, porém isso não é cumprido;
- O resultado da demanda que é publicado é ineficaz, pois em 2008 somente 1200 alunos foram cadastrados;
- Que medidas específicas, com pedidos concretos são efetivas para exigir o direito?

7. Maria Clara Di Pierro

- Argumentos apresentados pelo Estado e Município são sempre a falta de recursos;
- IBGE deverá disponibilizar com agilidade dados do Censo e cruzar com os dados do bolsa família e bolsa educação – Buscar acordo com o IBGE;
- Estabelecer link com o Plano Nacional de Educação;



- Selecionar 4 ou 5 indicadores com os dados do PNE e monitorar, relacionando com a demanda concreta de EJA;
- Identificar uns casos exemplares e dar visibilidade à demanda;
- Pensar em como as pessoas com necessidades especiais estão inseridas nessa questão do analfabetismo, pois são ainda mais marginalizados do que a população de EJA;
- Adotar uns casos – (HC, Alfa USP, ...);
- Montar um grupo de trabalho para monitorar os indicadores;
- Integrar a comunidade com os movimentos de EJA e MOVA.

9. Samantha Neves

- Informou sobre o orçamento de educação para EJA;
- Queda no número de matrículas de EJA – fundamental;
- O Secretário de educação do Município diz que a política de EJA é frágil e que ele quer realizar um cadastro;
- O processo do Censo poderá ser desenvolvido junto com o do Plano de Educação da Cidade de São Paulo.

Em seguida teve início a oficina: **Avançando na construção de um censo específico de demanda por EJA: experiências em curso e novas estratégias de exigibilidade**, coordenada por Maria Tereza Secco (Centro Cida Romano - CECIR). Três experiências forma apresentadas:

*Políticas de EJA em Embu das Artes (SP):* Rosimary Mendes de Matos - Secretária de Educação de Embu das Artes. A organização do Censo em Embu das Artes está no processo de identificar a melhor metodologia a ser aplicada para que seja atendido o público-alvo de EJA. Foram realizadas plenárias nas escolas, debatendo a educação de maneira ampla. Conforme as reuniões iam acontecendo o tema foi se fechando em torno de EJA. Foram realizadas escutas nas escolas e a comunidade para identificar as necessidades dos alunos de EJA.

*Censo EJA de Barueri:* Adriana Cristina Guerra Boni. A idéia do censo em Barueri veio da coordenadoria de assistência social, juntamente com o Fundo Social de Solidariedade presidido pela Sr<sup>a</sup>. Sônia Furlan. A pesquisa de campo começou em julho de 2009. Tanto Embu como Barueri, estão em contato com o IBGE para articulação das comissões de acompanhamento e sistematização do Censo 2010.

*Compromisso “São Paulo Analfabetismo Zero”:* Valéria Aparecida Vieira Lelis – União Paulista dos Conselhos Municipais de Educação (UPCME). Foram realizados seminários regionais para assinatura e debate do compromisso. Está sendo sistematizado um mapeamento das políticas de alfabetização de adultos e EJA nos municípios participantes. Rio Claro é a cidade escolhida para a realização do Censo Experimental (que incluirá outras perguntas que não as habituais do censo do IBGE), com isso serão levantados os dados de EJA integrados a outras secretarias.



## ANEXO 1 – TEXTO BASE

Oficina Temática:  
*O Direito à Educação de Jovens e Adultos -  
Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade*

12 de Setembro de 2009

### **Texto-base**

A “universalização do ensino fundamental gratuito” é muitas vezes referida como o grande avanço brasileiro em termos de políticas educacionais e de direito à educação; isso porque quase sempre uma difícil realidade é sonhada: dezenas de milhões de jovens e adultos que, por falta de oportunidades educacionais apropriadas, sequer ingressaram na escola ou não concluíram a educação básica na “idade própria”. Somente na cidade de São Paulo são cerca de 1 milhão de analfabetos funcionais, sendo 300 mil analfabetos absolutos. Entre a população com mais de 25 anos de idade, quase a metade (cerca de 3 milhões) não têm o ensino fundamental completo. Enquanto tal realidade segue praticamente inalterada, tanto o Estado como o Município de São Paulo vêm reduzindo a oferta global de vagas nesta modalidade (EJA), fechando salas e escolas e, como isso, provocando a redução da própria demanda popular por escolarização. Não havendo escolas, não há demanda; e se não há demanda, o poder público reduz ainda mais a oferta – neste jogo retórico de omissão perde-se a própria possibilidade de construção da cidadania.

Contra esta postura passiva e omissiva é que o *Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo* e outras organizações da sociedade civil adotaram a defesa do **Censo Específico de Demanda de EJA** e a **Chamada Pública Anual**. Tais políticas estão asseguradas na Constituição e na LDB; é dever do poder público realizá-las. Tanto o Censo quanto a Chamada têm como propósito mudar a postura do Estado em relação à EJA. Através de tais iniciativas estimula-se a procura e possibilita-se o conhecimento da demanda real e o planejamento de ações.

No município de São Paulo, a negativa dos poderes públicos responsáveis pela realização do Censo e da Chamada, ao mesmo tempo em que seguia o fechamento de salas e a redução do atendimento, levou o Ministério Público e diversas organizações a propor uma Ação Judicial (Ação Civil Pública) em defesa do direito à EJA, a qual poderá ser julgada nos próximos dias.

Ao mesmo tempo, um conjunto de iniciativas interessantes começam a ser desenvolvidas por poderes públicos municipais e articulações da sociedade civil, envolvendo propostas de realização do Censo e da Chamada, campanhas de alfabetização e mobilização popular para o registro da demanda e exigência de seu atendimento adequado. Outras oportunidades se abrem com o início da construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, o XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Eneja, o Fórum Internacional da Sociedade Civil preparatório à VI Confinteia e a Conferência Nacional de Educação – CONAE.



Nesse contexto, entendemos que é hora de avançar na construção de experiências e propostas de Censo Específico de Demanda de EJA, a serem assumidas pelos poderes públicos com a colaboração da sociedade civil; também é hora de pensar novas estratégias de exigibilidade social, política e judicial que fortaleçam o direito à educação de jovens e adultos como parte do direito à educação ao longo da vida.

Esse é o propósito da oficina temática ***O Direito à Educação de Jovens e Adultos - censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade***, a ser realizada no próximo dia 12 de setembro, entre 9h e 14h, na sede da Ação Educativa ((R.General Jardim, 660 – próx. à estação Santa Cecília do metrô).





## **ANEXO 2 – PROGRAMACÃO**

### **Programação do evento**

#### **Oficina Temática: *O Direito à Educação de Jovens e Adultos - Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade***

9:00h. Recepção / Café

9:30h. Conferência de abertura: **Panorama das políticas públicas em EJA no Brasil** (30')

Conferencista: **Maria Clara Di Pierro** (Prof<sup>ª</sup> Dra. da Faculdade de Educação/USP)

10h. Painel: **Censo específico da demanda e chamada pública em São Paulo: estratégias de exigibilidade em EJA**

Expositores:

**Salomão Ximenes** (Ação Educativa): *Ação Judicial em São Paulo – histórico e possibilidades.*

**Maria Alice de Paula Santos** (Prof<sup>ª</sup> Dra. da Faculdade Guarulhos): *Análise das informações oficiais do Estado e do Município coletadas na Ação.*

**Vera Barreto** (Vereda - Centro de Estudos em Educação): *O real e o retórico nas informações prestadas pelo Estado e pelo Município.*

Coordenação: **Iraci Ferreira Leite** (Espaço – Formação, Assessoria e Documentação)

10:45h. Debate público

11:30h. Intervalo / Merenda

11:45h. Oficina: **Avançando na construção de um censo específico de demanda por EJA: experiências em curso e novas estratégias de exigibilidade**

Experiências:

**1. Políticas de EJA em Embu das Artes (SP): Rosimary Mendes de Matos** - Secretária de Educação de Embu das Artes.

**2. Compromisso “São Paulo Analfabetismo Zero”:** Valéria Aparecida Vieira Lelis – União Paulista dos Conselhos Municipais de Educação (UPCME).

**3. Censo EJA em Barueri (SP): Adriana Cristina Guerra Boni** – Coordenadora Municipal do Censo EJA

**4. Outras experiências e propostas.**



**Importante!** As organizações, redes e instituições públicas inscritas poderão inscrever e apresentar experiências desenvolvidas ou planejadas com o objetivo de identificar a demanda por EJA, exigir seu atendimento e atendê-la com qualidade; bem como propostas de exigibilidade a serem discutidas e encaminhadas no evento.

Coordenação: **Maria Tereza Secco** (Centro Cida Romano - CECIR)

12:45h. Debate público e **encaminhamentos**

14h. **Encerramento**

**Maiores informações:** (11)3151.2333, Ramal 162, falar com Jeanne ou [jeanne.gibson@acaoeducativa.org](mailto:jeanne.gibson@acaoeducativa.org)

**Inscrições abertas! Somente através do email [jeanne.gibson@acaoeducativa.org](mailto:jeanne.gibson@acaoeducativa.org)** (Os participantes que queiram apresentar experiências ou propostas devem encaminhar resumo das mesmas até o dia 11/09)

**Público-alvo:** Educadores(as), militantes sociais e defensores do direito à educação; organizações da sociedade civil e representantes de poderes públicos.

**Local:** Ação Educativa (R.General Jardim, 660 – próx. à estação Santa Cecília do metrô).

**Data:** Sábado, 12 de setembro de 2009

**Horário:** de 9h às 14h.

Promoção: *Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo*



### **ANEXO 3 – APRESENTAÇÃO MARIA CLARA DI PEIRRO**

**Oficina Temática *O Direito à Educação de Jovens e Adultos - Censo específico de demanda e estratégias de exigibilidade* - 9:30h. Conferência **Panorama das políticas públicas em EJA no Brasil****

1. Cinco traços históricos
  - a. Constituição tardia das políticas públicas (2ª metade do séc. XX).
  - b. Sucessivas campanhas de alfabetização marcadas por visão assistencialista e improvisação de recursos físicos e pedagógicos, com escassos resultados.
  - c. União exerce papel indutor de políticas desconcentradas, mediante financiamento dirigido.
  - d. Identidade pedagógica construída pelo movimento de educação popular orientou práticas e redes de organizações da sociedade civil (movimentos de educação e cultura popular, centros de educação popular, fóruns de EJA, etc) mas até o presente teve escassa influência sobre as políticas públicas.
  - e. Persistência da visão compensatória que conformou o Ensino Supletivo.
2. Três momentos das políticas públicas de EJA após a redemocratização
  - a. 1º momento (anos 80, Constituinte) – luta social e reconhecimento jurídico do direito à EJA<sup>1</sup>. Existiu canal institucional de diálogo entre governo e sociedade civil (Comissão da Fundação Educar; Comissão Nacional de EJA, etc.).
  - b. 2º momento (2ª metade da década de 90 - FHC) - negação dos direitos conquistados (veto à inclusão no Fundef). Reforçada tendência à descentralização. Discurso da focalização justifica ausência de prioridade. Alfabetização deslocada para o campo das políticas de assistência à pobreza. Desarticulação dos programas - Alfamol, Planfor, Pronera (todos fora do MEC) e Recomeço e Enceja (no MEC) – e recusa de diálogo com a sociedade civil, que se articula nos fóruns de EJA.

---

<sup>1</sup> **Art. 5º.** O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

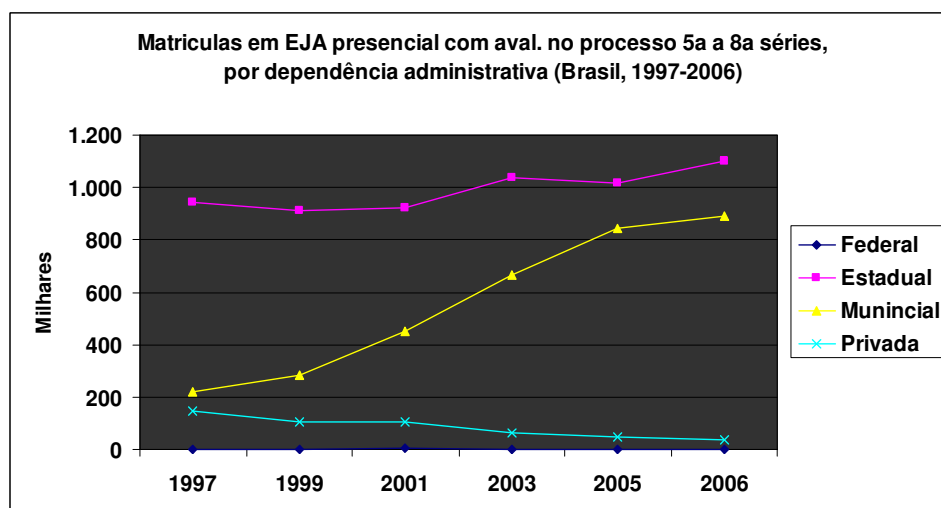
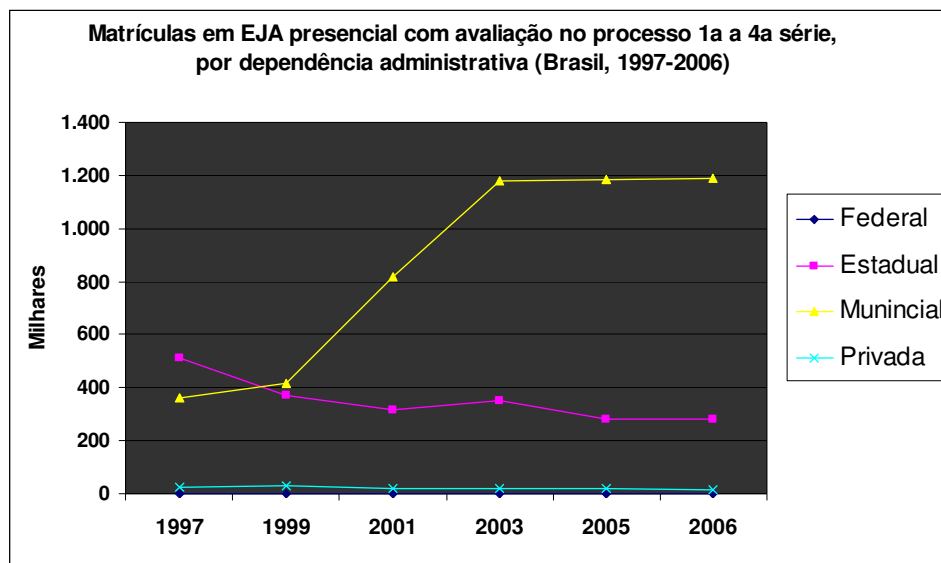
§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: **I** - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; **II** - fazer-lhes a chamada pública; **III** - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.



- c. 3º momento (anos 2000 - Lula) – alocação da alfabetização e EJA no campo das políticas de diversidade (SEEA e depois SECAD), progressiva institucionalização da EJA no interior da política de educação básica (FUNDEB, transporte, merenda e livro didático) e persistente dispersão de programas (Brasil Alfabetizado, Pronera, Projovem, Proeja, Encceja).
    - i. Institucionalização do diálogo com sociedade civil (CNAEJA, reuniões técnicas com fóruns, apoio aos ENEJAs) com riscos de cooptação.
      - 1. Movimento dos fóruns não tem eixo norteador. Perdeu no ENCCEJA, na regulamentação do FUNDEB, na discussão da idade mínima para EJA.
3. Balanço das políticas recentes
- a. A oferta de EJA tendeu ao crescimento e à municipalização no transcorrer da última década, estabilizando-se no patamar de 2006, quando registraram-se 4,8 milhões de matrículas (3,5 milhões no ensino fundamental e 1,3 milhões no ensino médio), às quais se somaram naquele ano 1,6 milhões de inscrições no Programa Brasil Alfabetizado. São números modestos frente aos desafios representados por uma média de apenas 7,2 anos de estudos na população com 15 anos ou mais, e índices de analfabetismo de 10,4% (14,4 milhões de pessoas) e 22,2% de analfabetismo funcional em 2006 (30,5 milhões de pessoas), com fortes assimetrias na distribuição desses fenômenos entre as regiões, as zonas rurais e urbanas, as gerações e os grupos étnico-raciais.
    - i. Uma amostra dos baixos índices de cobertura da EPJA no Brasil pode ser encontrada no sistema prisional, em que apenas 17% das 420 mil pessoas encarceradas estudam, embora 70% não tenham concluído ensino fundamental e 10% sejam analfabetas.
  - b. Eixo da política federal é PDE, no interior do qual a EJA marca presença mas ocupa posição secundária. Persiste desarticulação entre alfabetização e ensino fundamental, e entre programas (Brasil Alfabetizado, Brasil Profissionalizado, Projovem, Proeja, Pronera, Encceja).
    - i. Agenda Territorial não logrou ainda articulação, especialmente no Sul e Sudeste, onde a reduzida contribuição da União restringe sua influência nas políticas estaduais.



- ii. Principal política (pelo critério do financiamento) é PROJOVEM, que está fora do MEC.
- iii. Amplos esforços de avaliação de programas não produziu efeitos de aperfeiçoamento das políticas públicas. Indicadores não são favoráveis, questionando modelos organizacionais e pedagógicos.
  - 1. Resultados do Brasil Alfabetizado são desastrosos
  - 2. Observa-se tendência à redução de matrículas no Ensino Fundamental da EJA (cai de 5,6 milhões em 2005/2006 para 5 milhões em 2007)
- c. Continua sem política de formação de professores.
- d. O reduzido poder de pressão dos potenciais beneficiários tem permitido que Estados e Municípios contemham a oferta ou seus custos, já que o FUNDEB dispõe de recursos minguados, não disciplina investimento mínimo (somente limita teto). Por este motivo a luta pelo Censo específico é estratégica.





### Diagnóstico realizado pelo IPEA/IBGE/DIEESE para o CNDES

- O nível de escolaridade da população brasileira é baixo e desigual
- Persiste elevado contingente de analfabetos, reforçando desigualdades existentes
- Os mecanismos de mobilização dos jovens e adultos para escolarizar-se são insuficientes e ineficazes

### INDICADORES DE DESEMPENHO DAS POLÍTICAS DE EJA

	Indicador	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Desempenho do Indicador	Média de anos de estudos da população com 15 anos ou mais	-	6,4 anos	-	-	-	7 anos	7,2 anos	7,3 anos
	Percentual de escolas que oferecem EJA	-	-	-	-	-	24,3%	26,3%	23,9%
	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	13,6%	12,4%	11,8%	11,6%	11,2%	10,9%	10,4%	10%
	Nº de analfabetos de 15 anos ou mais.	16,2 milhões	14,9 milhões	14,6 milhões	14,6 milhões	14,6 milhões	14,9 milhões	14,3 milhões	14,1 milhões
	Proporção de analfabetos que cursaram escola	-	-	-	-	-	38,4%	40,9%	42,1%
	Nº de pessoas que participaram dos programas de alfabetização	700 mil	930 mil	1,1 milhão	1,7 milhão	1,7 milhão	1,8 milhão	1,6 milhão	1,3 milhão
	Proporção de analfabetos urbanos que cursam alfabetização	-	1,82	-	-	-	2,47	2,48	1,76
	Proporção de analfabetos rurais que cursam alfabetização	-	2,1	-	-	-	2,94	2,64	2,03
	Proporção de recém alfabetizados que continuam EJA	-	-	-	-	-	5%	6,2%	-

Fonte: IBGE, PNAD. Observatório da Equidade - Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Estima-se que o gasto público médio com EJA no período 2000/2005 foi de 0,26% do PIB (quando a proporção do PIB do gasto total com educação básica foi 3%).

No ano de 2006 o Governo Federal investiu R\$ 930 milhões em EJA, sendo R\$ 180 milhões no Brasil Alfabetizado (19,3%), R\$ 460 milhões no Programa Fazendo Escola (49,4%), R\$ 246 milhões no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (26,4%), R\$ 22 milhões no Programa de Integração da Educação Profissional de Nível Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (2,3%) e R\$ 22 milhões no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (2,3%).



## **ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO MARIA ALICE DE PAULA SANTOS**

### **Análise dos documentos do processo civil nº 155/053.08.102151-6 Ano de 2006**

1. **Representação inicial das entidades:** justificativa sobre a necessidade da realização do censo específico para EJA como um dos elementos necessários para garantir o direito à educação dos jovens e adultos
2. (jan/06) **Portaria de abertura do Inquérito Civil:** foram solicitadas às secretarias municipal e estadual as seguintes informações sobre:
  - a) Os programas, ações e serviços
  - b) Os números de unidades disponíveis, localização, área, instalações, pessoal em atividade, segmentos de ensino, horários e forma de funcionamento dos cursos, o número e o perfil dos alunos atendidos, características do corpo docente, metodologia de ensino.
  - c) A forma de prestação dos serviços: administração direta e parcerias.
  - d) O planejamento e manutenção de levantamento e censos educacionais para aferição da demanda.
  - e) A divulgação dos programas e serviços.
3. (abr/06) Retorno da Secretaria Municipal de Educação
4. (mai/06) Retorno da Secretaria Estadual de Educação
5. (jun/06) **Informações da SME.** Novo retorno da SME atendendo solicitação do MP de informações sobre a oferta de vagas pela SME e as informações da SEE que sobre um CD citado mas não consta na documentação enviada.
6. (jul/06) **Petição das Organizações Proponentes:** análise das informações enviadas pelas secretari
7. as municipal e estadual:

#### **Secretaria Municipal de Educação**

- a) Informações que não vieram ou estão incompletas: condições de funcionamento das escolas; pessoal em atividade; perfil dos alunos atendidos; características do corpo docente e metodologia de ensino; forma de prestação de serviços; planejamento e manutenção de levantamento e censos educacionais; divulgação dos programas e serviços.
- b) Questionamentos: a queda no atendimento dos programas: MOVA e EJA e sobre as formas de divulgação das vagas; horário de funcionamento flexível.



## Secretaria Estadual de Educação

- a) Informações que não vieram ou estão incompletas: condições de funcionamento das escolas; horário de funcionamento; ausência do CD com as informações; características do corpo docente e metodologia de ensino.
- b) Questionamentos: pulverização do atendimento; para planejamento a SEE considera os dados do IBGE; a forma de divulgação das vagas; o número de jovens e adultos atendidos fica muito aquém da demanda, por isso algumas questões foram levantadas: como são definidas as políticas públicas para essa modalidade? Como é realizado o diagnóstico? Por que a oferta é tão distante da demanda? Quais critérios foram utilizados para definir o atendimento?

Diante da ausência de informações sobre a localização da demanda, sobre o perfil do aluno, trajetória escolar e as dificuldades que ele enfrenta para frequentar a escola, isso inviabiliza o acompanhamento da sociedade civil das políticas realizadas pelo Estado.

8. (set/06) **Ata de audiência pública realizada no Ministério Público** – pessoas envolvidas com a EJA foram ouvidas, ausência dos secretários, tanto municipal quanto estadual, presença da profa. Erotildes, da DOT-EJA e reafirmou a necessidade da realização do CENSO.
9. (out/06) **Informações da SME** – Informa novamente sobre os programas, explica o porquê dos fechamentos das salas: falta de demanda e evasão; diz que flexibilizar o horário pode ajudar na diminuição da evasão, mas não resolve. Conclui o documento dizendo que: “É compromisso desta administração promover o ingresso e a permanência, com sucesso, de jovens e adultos na escola, reduzindo a exposição destes às situações de risco, desigualdades, discriminação e outras vulnerabilidades sociais, tornando a escola atrativa e reduzindo índices de repetência e evasão escolar, com vistas à autonomia na sua vida cidadã”.
10. (nov/06) **Petição da Ação Educativa** – questionamento sobre a diminuição do número de jovens e adultos atendidos.
- 10/11. (jan/07) **Informações SME**. Encaminhamento do MP à SME e à SEE questionando mais uma vez a necessidade da realização do censo. A resposta das duas secretarias: reafirmam mais uma vez o atendimento que é oferecido a essa modalidade, a forma como é atendida a demanda e diz que não compete à SEE a realização do censo e também não tem competência técnica para tal atividade, pois exige pesquisa domiciliar.





12. (abr/07) **Ficha de resumo de reunião entre promotoria e organizações não governamentais** – Comprometimento das organizações em analisar a documento e realizar um memorial contendo contra-argumentos sobre necessidade de realização do censo.

13. (jun/08) **Memorial apresentado pela Ação Educativa** – o documento recupera todo o processo até aqui e traz novos elementos para reafirmar a importância da realização do censo, como por exemplo, a legislação, o FUNDEB e exemplos de realização do censo e o impacto dessa ação na ampliação da demanda onde foi realizado. Encaminha: uma Ação Civil Pública para impelir a administração pública a realizar o censo; a necessidade de não fechamento das salas pelos administradores e que a ação passe a ser em litisconsórcio.

14, 15, 16 (set/out/08) **Ficha de resumo de reunião entre a promotoria e a SEE; Informações da SEE e SME** - A SEE propôs realizar as seguintes ações:

1) mapeamento da demanda da EJA

A fundação SEADE informou que poderia contribuir para a realização da pesquisa por seis áreas intra-municipais (sul 1, sul 2, leste 1, leste 2, oeste, norte). No documento é citada uma cópia do questionário, mas não consta. Informou também o índice de analfabetismo na população acima de 15 anos, na cidade de São Paulo, por região.

2.b) divulgação e incentivo à demanda, utilizando a mídia televisiva e de rádio, e apoio das coordenadorias de educação

A imprensa: diário oficial do estado e do município, Diário Popular

Rádios: Globo, Cultura, Gazeta

2.c) chamamento por escola estadual

3) recusou a assinatura do termo de conduta alegando que pretende executar a proposta

4) o apoio das coordenadorias de educação depende de parceria com a SME.

#### **Algumas considerações:**

A leitura do processo contido nesse arquivo permite afirmar que:

- 1) A visão de EJA do estado e do município difere da nossa, MOVA e Fórum EJA. A nossa afirmação de que o censo é importante porque a sua realização possibilitaria, além de conhecermos melhor os sujeitos da EJA, também possibilitaria mobilizá-los a procurar a escola. Enquanto que o estado e o município afirmam que já oferecem o



serviço, mas os jovens e adultos pouco ou não escolarizados desistem de estudar, ou seja, a responsabilidade é deles e não ausência de políticas públicas.

- 2) O documento “Memorial apresentado pela Ação Educativa” é um documento importante que recupera a trajetória do processo e propõe encaminhamentos que podem ser retomados: legislação, FUNDEB, questão curricular.
- 3) A proposta de pesquisa da Fundação SEADE não aparece nos documentos, talvez valesse a pena analisar. Houve análise da nossa parte? Se sim qual foi o resultado? Houve possibilidade de discutirmos o questionário? A forma de sua realização?
- 4) “É compromisso desta administração promover o ingresso e a permanência, com sucesso, de jovens e adultos na escola, reduzindo a exposição destes às situações de risco, desigualdades, discriminação e outras vulnerabilidades sociais, tornando a escola atrativa e reduzindo índices de repetência e evasão escolar, com vistas à autonomia na sua vida cidadã”. Essa afirmação cabe uma questão: **Como será concretizado esse compromisso?**
- 5) Vale a pena também retomar a discussão do processo de reorientação curricular, que foi iniciado sem a participação da rede e depois retirado sem maiores explicações.